

Um outro sertão literário: linguajar pantaneiro e espaço nacional em *Inocência* de Taunay¹



Bruno Carvalho²
Princeton University

Resumo:

O presente artigo investiga os usos do linguajar sertanejo – mais especificamente pantaneiro – no romance *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay. Ao explorar elementos de formação linguística documentados pelo autor, a análise revela substratos ou adstratos indígenas, ibéricos, hispano-americanos, assim como arcaísmos e inovações. No processo, argumenta-se que enquanto a narrativa participa na construção de um imaginário espacial da nação marcado pela dicotomia interior-costa, o linguajar empregado como “nativo” dos pantaneiros revela forte influência de práticas linguísticas oriundas do litoral. Tal fato expõe a complexidade de processos migratório-linguísticos que em muito antecedem o desenrolar da trama, assim como a natureza dinâmica da linguagem sertaneja.

Palavras-chaves: *Inocência*; Taunay; sertanejo; transculturação

Abstract:

This article investigates the uses of language from Brazil's “sertão” – more specifically, from the Pantanal region – in the novel *Inocência* (1872), by Visconde de Taunay. By exploring elements of linguistic formation documented by the author, the analysis reveals indigenous, Iberian and Spanish-American

1. Recebido em novembro de 2010. Aprovado em novembro de 2010.

2. Ph.D pela Harvard University, é professor Assistente do Department of Spanish and Portuguese Languages and Cultures, da Princeton University.

substrata and adstrata, as well as archaisms and innovations. In the process, it argues that while the narrative participates in the construction of a spatial national imaginary marked by an interior-coastal dichotomy, the language employed as “native” to the Pantanal reveals a major influence of linguistic practices originating in the littoral. This fact exposes the complexity of migratory-linguistic processes that predate the novel’s action, as well as the dynamic nature of the languages from the “sertão.”

Keywords: *Inocência*; Taunay; sertanejo; transculturation

Resumen:

Este artículo consiste de una investigación de los usos del lenguaje del “sertão” – más específicamente de la región del Pantanal – en la novela *Inocência* (1872), Visconde de Taunay. Al explorar elementos de la formación lingüística documentados por el autor, el análisis revela sustratos y adstratos indígenas, ibéricos y hispano-americanos, así como arcaísmos e innovaciones. En el proceso, se argumenta que, mientras la narrativa participa en la construcción de un imaginario espacial de la nación marcado por una dicotomía entre costa y interior, el lenguaje empleado como “nativo” del Pantanal demuestra una fuerte influencia de prácticas lingüísticas derivadas de la costa. Este hecho expone la complejidad de procesos migratorio-lingüísticos que preceden el desarrollo de la trama, así como la naturaleza dinámica del lenguaje del “sertão.”

Palabras-clave: *Inocência*; Taunay; sertanejo; transculturación

Geograficamente vasto e culturalmente diverso, o sertão brasileiro costuma figurar tanto como espécie de “espaço mítico” quanto como reduto de um Brasil “atrasado,” subdesenvolvido e miserável. O sertão “mítico,” sabemos, atravessa obras literárias fundamentais, retratado e recriado nas páginas de *Inocência* (1872) do Visconde de Taunay, *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha, e *Grande Sertão: Veredas* (1956) de Guimarães Rosa, entre outros. Neste sertão literário tem-se projetado uma infinidade de *Brasis* possíveis, e de lá aparentemente pode-se extrair um sem número de *Brasis* passados. Basta

que pensemos no sertão medievalesco do Movimento Armorial, liderado por Ariano Suassuna, que desde a década de setente busca celebrar a conexão daquela cultura com um passado remoto e “nobre.” E lembremos de todos os preconceitos contra sotaques nordestinos, com suas peculiaridades linguísticas, não raro tidos como um português “incorreto,” sintomático de uma região que seria ultrapassada e ignorante. Em ambos os casos, seja com o intuito de romantizar ou denegrir, dissemina-se com relativa frequência a noção de que no sertão brasileiro encontramos uma língua “congelada,” um português parado no tempo (Marroquim 1945:49-50).

De fato, os linguajares sertanejos nos oferecem elementos arcaicos, talvez remanescentes de um estágio anterior do desenvolvimento do português moderno. Ao mesmo tempo, uma análise linguística mais atenta revela que o português falado nos sertões brasileiros não só absorve e retém os mais variados substratos (de línguas indígenas, por exemplo), mas também adquire características muito próprias. Em última instância, tal análise vem a confirmar como a língua vive em constante processo de formação e transformação.

Qualquer investigação sobre atributos de linguagens em estado oral há de confrontar as dificuldades de se estabelecer fontes confiáveis. Neste estudo nos deteremos sob o romance *Inocência*, publicado em 1872 no Rio de Janeiro, escrito por Alfredo d’Escragnoille Taunay (1843-1899), mais conhecido como Visconde de Taunay. Situada no sertão pantaneiro (na então província do Mato Grosso), a obra frutificou da experiência do autor naquela região, de 1864 à 1870, como engenheiro naval durante a Guerra do Paraguai. Apesar de incluído no cânone romântico, vários críticos destacam elementos realistas na prosa de Taunay, principalmente no esforço de documentar fielmente o linguajar sertanejo nos diálogos entre personagens (Candido 1971:115-16).

A preocupação do autor com esta questão, assim como o estranhamento que certos elementos linguísticos causariam em seu leitor implícito, são aparentes através das muitas italicizações e das 124 notas de rodapé. Taunay frequentemente italiciza e define, em notas, o significado de determinado vocábulo ou oração, que presumimos seriam desconhecidos do público leitor contemporâneo. Esse aparato editorial forma “uma espécie de texto

documental, paralelo ao literário” (Caniato 2001:14). Tais anotações, de certa maneira, também servem para revelar preconceitos do autor e do seu tempo. É nítida a exploração de uma oposição entre a língua do interior e a da “cidade letrada” – do ambiente urbano, e concentrado na costa. Os exemplos que analisaremos aqui são proferidos pelos personagens sertanejos, presumivelmente analfabetos. Os registros meticulosos do autor, entretanto, providenciam uma importante janela para a compreensão de processos de evolução, diferenciação e/ou unificação linguística dentro de um mesmo idioma. Como veremos, alguns termos ou construções sintáticas que chamaram a atenção do autor tornaram-se lugar comum no português brasileiro contemporâneo, enquanto muitos continuam vivos principalmente no sertão pantaneiro, e ainda vários outros parecem haver caído em desuso.

Marco inaugural do romance regionalista na literatura brasileira, em *Inocência* Taunay não ressalta étimos Tupi, ao contrário do romance indigenista decimonônico, como o *Iracema* de José de Alencar, repleto de notas explicativas que traçam as origens indígenas de palavras. Um sem número de filólogos e linguistas atestam a influência da *língua geral* na formação do português contemporâneo, e as polêmicas relativas à extensão dessa contribuição abundam. A *língua geral*, proveniente das línguas Tupinambás, era morfológicamente reduzida, sem declinação nem conjugação (Silva Neto 1979:57-79). Gramaticalizada por José de Anchieta (*Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*, 1595), e mais tarde por Luís Figueira (1621), foi usada pelos padres (principalmente jesuítas) como língua missionária em virtude de sua simplicidade. Segundo relatos, em meados do século XVIII a *língua geral* era mais comum do que o português numa proporção de dois por um, falada por índios aculturados, mamelucos e brancos em suas relações com os nativos (Silva Neto 1979:600).

Entre outros, Paul Teyssier anota o uso corriqueiro da *língua geral* até sua proibição pelo Marquês de Pombal como língua oficial, em 1757 (1980:97). Com o passar do tempo, com a crescente dizimação de indígenas e aumento da imigração portuguesa e do número de escravos africanos, diluem-se os elementos tupi, principalmente nas zonas costeiras urbanas. Se no português

moderno a contribuição léxica das línguas faladas antes da chegada dos europeus transparece claramente em certos campos semânticos (especialmente topônimos), substratos indígenas estariam ainda mais presentes na zona do sertão pantaneiro na época em que Taunay lá esteve. Termos relacionados à fauna e flora locais em grande parte originam do tupi, mas essa influência se estende a outros campos léxicos.

Todos os termos indígenas citados no texto parecem prover do tupi, o que revela a influência da *língua geral* no linguajar sertanejo registrado por Taunay; talvez surpreendentemente, já que a região em questão não era originalmente habitada por Tupinambás, e sim por outros povos (como os Guaranis e Caiouás), muitos dos quais falavam línguas que provem de troncos linguísticos distintos, como os Terenas e Caiapós.

Em pelo menos um caso, o autor demonstra estar ciente da etimologia. Ao mencionar a *graúna*,³ ele escreve em nota: “Pássaro de plumagem negra como indica a denominação indígena – *guira una* (pássaro preto) [...]” (51). Taunay não especifica tratar-se de nomenclatura oriunda do tupi *wi’rá* (Aurélio 1986: 866), optando pelo adjetivo “indígena,” mais abrangente. Quando surge uma menção a um animal ou árvore cujo nome tem origem tupi, em alguns casos Taunay os define nas notas de rodapé, como no caso da *macauã*, “espécie de gavião” (149) do tupi *maka’wa* (Aurélio 1058), da *carandá*, “palmeira muito parecida com a carnaúba, se não for a mesma” (55), do tupi *kara’na* (Cunha), e das *araraúnas*, “araras pretas” (66). Arara vem do tupi *a’rara* (Cunha 1988: 23) e denota diversas aves de grande porte, sendo empregado no Brasil inteiro. Em outros casos onde Taunay não dá a definição, talvez possamos concluir que tratam-se de nomes familiares aos leitores urbanos, que tinham adentrado o português corrente através da *língua geral*, não se tratando portanto dum regionalismo. Por outro lado, Taunay ainda assim opta por italicizar os termos. Entre eles, o peixe *muçu* (215) do tupi *mu’sim* (Aurélio 1166) e o veado *suçuaruna*

3. O itálico é do original, como em todos os casos doravante, excluindo aqueles que assinalam o uso de uma língua que não o português. A não ser que especificuemos, as definições que seguem os termos em itálico também são citadas de *Inocência*, todas em notas de rodapé.

(153) do tupi *susua'rana* (A 1624) continuam correntes em diversas partes do país, ao contrário das plantas *jaracatiá* (131) do tupi *yarakti'a* (A 983) e *sarandi* (185) do tupi *sara 'dib* (A 1552).

Os dois últimos termos botânicos, entretanto, encontram-se como topônimos na região centro-oeste e sul do continente, ligada pelo Rio Paraná, rio que nasce justamente no Mato Grosso do Sul (antiga província do Mato Grosso), onde Taunay viveu durante a Guerra do Paraguai e onde ele situa o seu *Inocência*. Esta região, ao contrário do sertão nordestino, esteve por ao menos um século e meio sob forte influência das missões jesuítas e das expedições bandeirantes, que partiam em grande parte do litoral paulistano e disseminavam a *língua geral*, entre 1550 e 1750, aproximadamente.

Existem outros indícios de certa integração linguística dessa área geográfica que formava uma esfera comercial e religiosa de intensos intercâmbios. Outro termo obsoleto de origem tupi, *capão*, que Taunay define como “mato isolado” (41), origina da *língua geral* (Cunha 1988:114) e reaparece como topônimo nas cercanias da cidade de São Paulo (ex: Capão Redondo). Outra evidência disso é a expressão utilizada por um dos sertanejos para denotar os portugueses, *emboaba*, que Taunay escolhe definir como “Portugueses” (85). Na era colonial, *emboaba* era a “alcinha dada pelos descendentes dos bandeirantes paulistas aos forasteiros (portugueses e brasileiros de outras regiões) que procuravam ouro e pedras preciosas” (Priberam).

A influência indígena no texto de *Inocência* se estende à manifestações culturais e credices de origem tupinambá, provavelmente chegando ao Mato Grosso através de migrantes de São Paulo. Do tupi *kuru 'ru* para designar uma espécie de sapo (*Aurélio* 513), temos o *cururu* (191), uma dança de roda ainda popular nesta região do Brasil. Temos ainda *caipora* (25), do tupi *kaa'pora* para ‘morador do mato’ (A 314). A palavra permanece, com sentidos diversos conforme a região e contexto, significando comumente um indivíduo azarado, sentido que adquire no romance de Taunay (172). Outros elementos de credices tupis aparecem em *Inocência* e adentram o folclore nacional, notadamente o *curupira* (57) e o *boitató* (68).

Em termos mais propriamente linguísticos, encontramos *tapera* (48), “casa velha e abandonada,” do tupi *ta’pera*, *taua*, ‘taba,’ + *puera*, ‘que foi’ (Cunha 314); *tocaia* (96): “fazer esperas,” do tupi *to’kai*, ‘armadilha para caçar’ (Aurélio 1684), hoje significando emboscada; *jururu* (48) melancólico, do tupi *xearu’ru*, ‘estar tristonho’ (Aurélio 996), que hoje também pode significar bravo ou irritado; e *pitavam* (151), do tupi *peti’ar*, ‘tomar o tabaco’ (A 1341), ainda usado como sinônimo de fumar, principalmente cachimbos.

Como vemos, a contribuição léxica indígena, aparentemente “filtrada” ou intermediada pela *língua geral*, não se restringe a termos descritivos, toponímicos, e relativos a fauna e flora, apesar destes serem a maioria. Enquanto substratos ou adstratos indígenas parecem indicar forte contaminação de um tronco linguístico particularmente ligado ao litoral brasileiro – parcialmente desmentindo ou contradizendo, portanto, a dicotomia interior-costa que rege o desenrolar da trama de *Inocência* –, a relativa ausência de africanismos indica o fato de que após o influxo de bandeirantes paulistas nos séculos XVI-XVIII, a área do Pantanal mato-grossense se volta para a pecuária e se isola economicamente do litoral, justo quando acelera-se o processo de importação de escravos africanos.

Ainda assim, o “sertão bruto” de Taunay não poderia estar imune de africanismos, e ao nível léxico indentificamos *jimbo*, “quantia” (29), do quimbundo *njimbu*, dinheiro, (Aurélio 988), precisamente o conotado no contexto. Temos ainda *calunga* (102), que deriva de uma divindade secundária de cultos banto, usado como insulto por um dos personagens de Taunay; e *mandingueiro* (153), do topônimo *Mandinga* (no oeste africano), até hoje muito usado para denotar aquele que faz mandinga, feitiçaria (Aurélio 1077). O adjetivo *mandingueiro* também aparece no romance como insulto, proferido contra um botânico alemão. Se o fato de ambos estes substantivos próprios terem se convertido em adjetivos derogatórios sugere preconceitos contra africanos e seus descendentes, não deixa de ser interessante que neste caso o último é direcionado a um europeu.

Por qualquer razão, o campo semântico de insultos também parece fértil entre lusitanismos que caíram em desuso (ao menos no Brasil), todos

em itálico e muitos demarcados pelo autor como característicos da região sertaneja. Entre eles identificamos *cavoqueiro*, que Taunay anota: “Cavouqueiro é qualitativo empregado para exprimir qualquer qualidade má” (18). Aurélio o dá como termo mato-grossense (375). Apesar de originar de cabouco, para designar um cavador, ‘aquele que trabalha em minas,’ o adjetivo com o sentido usado em *Inocência* parece ser variante duma expressão encontrada na prosa realista portuguesa do século dezenove, particularmente na boca de personagens menos “nobres” das ruas lisboetas, que surgem por exemplo nas páginas de *A Capital* (póstumo) e *Os Maias* (1888) de Eça de Queirós (1845-1900). É possível que o *cavoqueiro* mato-grossense seja derivado do *cavaquista* lusitano, de cavaco (“bate-papo”), designando uma “pessoa irritável” (Aurélio 374). Há ao menos outra expressão em *Inocência* de similar calão, *fadista* (48), igualmente encontrada abundantemente na linguagem coloquial lusitana (também registrada em romances realistas de fins do século dezenove), cuja etimologia remete ao gênero musical (Fado), e usada para acusar alguém de “desordeiro,” tanto em Portugal quanto no Mato Grosso.

A lista cresce, e parece confirmar muitas das teorias de que a língua “transplantada” para o Brasil colonial mais se assemelharia ao português coloquial do século XV, anterior a uma infusão de latinismos e expressões italianizantes a partir do século dezesseis (Marroquim 1945). Ou seja, a língua falada no Rio de Janeiro dos leitores de *Inocência* teria sido fortemente influenciada pelas normas gramaticais e léxicos introduzidos após a chegada da corte real portuguesa em 1808, enquanto o português rural ainda estaria mais próximo daquele falado anteriormente.⁴ Enquanto já descartamos qualquer sugestão de que o português continental e carioca teriam evoluído e o português sertanejo “estacionado no tempo,” não deixa de ser interessante que identifiquemos elementos arcaicos no linguajar pantaneiro adotado pelos personagens de Taunay. Igualmente revelador é o fato de que todos teriam sabor estranho na capital do Império de fins do século (vide as notas de rodapé e italicizações do autor).

4. De fato, como sabemos, a imprensa no Brasil só passa a existir após a chegada de D. João VI, em maio de 1808 – o primeiro jornal do país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, começou a ser impresso em setembro do mesmo ano.

Entre os arcaísmos lemos *manducando* (69) do latim *manducare* (mastigar) – que permanece no francês *manger* e no italiano *mangiare*, mas dá lugar à “comer” no espanhol e português, além do gerúndio de *tanger*, do latim *tangere*, preterido por tocar e que Taunay descreve como “elegante verbo, muito usado no interior” (47). E voltando ao campo semântico difamatório – onde poderíamos especular que reina a transmissão oral – encontramos *mofina*, “pouco liberal, doente, covarde” (29), que no Portugal contemporâneo significa “infelicidade; desgraça; mulher infeliz, turbulenta, acanhada, tacanha” (Priberam); *tafulão*, “sedutor de mulheres” (48), dado como brasileirismo (*Aurélio* 1640), de “taful,” em Portugal denotando alguém que se veste com luxo, possivelmente do castelhano *tahur*, por sua vez um arabismo (*RAE*); *ladino* “qualificativo muito usado em todo o interior do Brasil” (119), termo com larga história na Europa, mas com sentido particular no Brasil: “Dizia-se do escravo ou do índio que já falava o português, tinha instrução religiosa e sabia fazer o serviço ordinário da casa ou dos campos” (*Aurélio* 1002); *rufião*, “namorador” (95), do castelhano *rufian* e *pinchar* (214) do castelhano *pinchar*.

Nota-se entre estes muitos de origem castelhana, e se não se tratam propriamente de arcaísmos, alguns são termos encontrados com frequência no teatro vicentino do primeiro quartel do século dezesseis, produto de um ambiente ibérico de largo bilinguismo. Além destes, *mesinha* por remédio (26), síncope do latim *medicinam* (Marroquim 1945:102) e *arraia-miúda* (191) também circulam amplamente na literatura pré-renascentista portuguesa (o segundo, notadamente, na prosa de Fernão Lopes). Outros termos, hoje mais ou menos restritos à região sertaneja, parecem remeter ao português transplantado para o Brasil colonial, refletindo a interpenetração com elementos do espanhol vigente entre os portugueses até (pelo menos) fins do século XVII. No campo léxico, temos ainda *trabucador*, “trabalhador” (47), dado como brasileirismo, apesar de trabuco vir do catalão *trabuc*, através do espanhol *trabuco*, “antiga máquina de guerra” (*Aurélio* 1695).

Além do léxico, alguns elementos fonéticos parecem acusar proximidade com o espanhol. Taunay transcreve *braba* (17) ao invés de “brava,” indicando uma

falta de distinção entre a pronúncia da labial fricativa /v/ e a labial oclusiva /b/. De fato, esta característica hispanófona observa-se em certas áreas do norte de Portugal, notadamente aquelas fronteiriças com a Espanha. Tal elemento fonético poderia ser interpretado, novamente, como remanescente de dialetos portugueses trazidos com os colonizadores. A outra alternativa é a de que tais contaminações tivessem ocorrido mais tarde e estivessem em curso quando Taunay viveu no Mato Grosso, devido aos intercâmbios típicos de regiões de fronteira, pois trata-se de uma área próxima do Paraguai e do Rio Paraná, que desemboca no Rio de la Plata. O processo lembra-nos da “transculturização” descrita por Fernando Ortiz na década de quarenta, para descrever o fenômeno de culturas convergentes comum em zonas fronteiriças.

Entre os espanholismos de *Inocência* notamos algumas vezes (como interjeição e advérbio) os personagens dizerem *entonces* ao invés de “então,” e a ligação com o Rio de la Plata parece transparecer em vocábulos do espanhol platense. Entre eles, *embromador* e *embromação*, “enganador” (18, 119), que se tornou comum no Brasil, significando “caçoar,” “brincar,” “zombar,” mas deriva do espanhol platense *embromar* (Aurélio 633), dado como brasileirismo em dicionários de Portugal (Priberam); também lemos *guampo* (205), tipo de “vasilha” como explica Taunay, do espanhol platense *guampa* (Aurélio 873), por sua vez de origem quechua *wákkhra* (RAE).

Outra coincidência fonética com o espanhol é ressaltada pelo autor, mas não como tal. É o caso da proparoxítora “pântano,” transcrita como paroxítora, *pantáno* (17). Apesar da proximidade com o Paraguai e da ligação com a bacia platense servir de possível explicação, Taunay opta pela seguinte observação: “No interior pronuncia-se a palavra grave e não esdrúxula, mais conforme assim com a etimologia” (17). De fato, tem-se notado fenômenos similares no sertão nordestino (Marroquim 1945:30). O caso de palavras comuns no sertão e que parecem preservar significados mais próximos da etimologia, frequentemente do latim, merece atenção, e *Inocência* oferece alguns exemplos.

Alguns termos têm conotações distintas daquelas adquiridas no português “moderno” e corrente, e traça-las etimologicamente acarreta um exercício de

alto grau especulatório. O uso de *coroável* como “acostumado, afeito” (91), por exemplo, poderia remeter a uma das denotações do grego *korona*, “anything curved” (AHD). Outros são mais diretos, como *grosso* por “gordo” (46), do latim *grossus*. Encontramos ainda *talento* com conotação peculiar, o que leva o autor a anotá-lo duas vezes: “Força, valentia. É quase sempre tomado no sentido material” (27); e mais tarde, “como já dissemos, talento é empregado como sinônimo de força física, robustez” (126). Esta “materialidade” possivelmente nos remete a um dos seus sentidos no latim, “quantidade de dinheiro”, ou até ao sentido anterior como medida de peso ou dinheiro, do grego *talanton* “‘balance, weight, sum,’ from PIE *tel-, *tol- ‘to bear, carry’,” que no inglês surge em *to extol* (Harper). Outras coincidências com o inglês surgem no uso de *letra* por “carta” (214), do plural latim *litteræ*, e menos diretamente, *circunstância* como “importância” (27), brasileirismo (*Aurélio* 411) que mantém o sentido obsoleto de formalidade relacionada a um evento importante, no inglês evocado na frase *pomp and circumstance*.⁵

Estes exemplos, entretanto, não justificam os que buscam no linguajar sertanejo qualquer prova de um português mais “puro,” mais “próximo” do latim. Os casos de termos utilizados pelos personagens de *Inocência* que parecem se distanciar das suas etimologias são muito mais extensos. Temos *data* como “Porção, quantidade” (57); *parar* como “morar” (172); *mundos* por “lugares” (24); *despotismo* (do grego *despotes* próximo do significado atual de déspota) como “grande quantidade” (25, 168); *bichado* (do latim *bestia*, bicho) significando “feito bichas, ganho dinheiro” (47); *famílias* por “filhas” (47); *secundou* como “Respondeu” (52); *anarquiza* como “Ridiculariza” (56) e *anarquia* por “Desmoralização” (118); e *imundície* como “Grande quantidade” (85, 117).

Mais do que imbuir o linguajar sertanejo de qualquer característica homogênea, tais exemplos atestam as complexidades e contradições nos

5. Em seu dicionário etimológico, Douglas Harper anota: “c.1225, ‘conditions surrounding and accompanying an event,’ from L. *circumstantia* ‘surrounding condition,’ neut. pl. of *circumstans* (gen. *circumstantis*), prp. of *circumstare* ‘stand around,’ from *circum* ‘around’ + *stare* ‘to stand’ from PIE base **sta-* ‘to stand’ (see *stet*). Meaning ‘a person’s surroundings, environment’ is from c.1340. Obsolete sense of ‘formality about an important event’ (c.1386) lingers in Shakespeare’s phrase *pomp and circumstance* (“*Othello*” III, iii).”

processos através dos quais a linguagem se cristaliza, sempre temporariamente, e em constante evolução. Taunay obviamente estava interessado em documentar usos peculiares de linguagem, talvez como maneira de dar veracidade aos seus personagens e explorar as diferenças entre o Brasil dos seus leitores e o dos seus personagens. Este processo gera casos que parecem passar despercebidos pelo autor, menos interessado nas etimologias do que em clarificar o sentido de termos típicos da região. Vide o substantivo *matula* (87), que Taunay define em nota como “matalotagem”, galicismo (*matelotage*) que aparentemente usava-se na capital do Império. Ironicamente, segundo Aurélio, é justamente de matalotagem que *matula* deriva (1104).

Apesar de não se aventurar nas análises etimológicas de um José de Alencar, Taunay demonstra estar especialmente interessado no léxico peculiar aos sertões mato-grossenses, frequentemente explicando que tal vocábulo ou uso se restringe àquela região. Por exemplo, *mapiar*, “termo peculiar aos sertões de Mato Grosso – quer dizer parolar, tagarelar” (77), verbo que Aurélio confirma como particularidade mato-grossense (1086). Há ainda: *cascado*, “Em toda a província de Mato-Grosso e em geral no interior diz-se cascar por descascar” (73); *fazendeiro*, “fazendeiro, no Sertão de Mato Grosso, não é o proprietário das terras, e sim o capataz, o feitor” (91); *emprestar*, “emprestar de alguém, por tomar emprestado ou pedir emprestado, é locução muito corrente em todo o sertão de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. É legítimo galicismo, que corresponde exatamente ao verbo *emprunter*” (122); *enjoado*, “enjoado é qualificativo muito usado na província de Goiás [vizinha do Mato Grosso]. Tem muitas acepções, desde engraçado, tolo, até impostor, vaidoso” (183); e *restilo*, “aguardente destilada. No interior empregam-se estas palavras como sinônimas” (190).

Ainda outros termos desconhecidos, como *pinóia*, “homem fraco” (118), revelam-se típicos do Mato Grosso (Aurélio 1330), apesar do autor não especificá-los como tal. As intenções das notas de rodapé em *Inocência* (ou ao menos suas consequências), são não só de definir e/ou explicar o léxico, mas também – já dissemos – de ressaltar e/ou recriar as diferenças linguísticas e sociais entre o Brasil litorâneo e o Brasil do interior. Em alguns

casos, curiosamente, Taunay anota termos que não só persistem regionalmente como adentraram o léxico corrente nacional, com significado alterado ou não. O substantivo *trem*, por exemplo, suscita a nota: “Trem na província de Mato Grosso é uma das palavras mais empregadas e com as mais singulares acepções. Neste caso significa objetos, cargas, etc.” (44). Trem, que no sentido primário já constitui-se dum brasileirismo em relação ao “comboio” português, retém os sentidos dados pelo autor em grande parte do interior brasileiro, notadamente em Minas Gerais.⁶

Outros termos transformaram-se em brasileirismos de caráter menos regional, como *pé-rapado* (46), “plebeu” (Priberam); *tutu*, “pessoa de mais consideração e que pode tudo” (27), e que na gíria brasileira contemporânea significa dinheiro (*Aurélio* 1709); *tico*, “pedaço” (56), também dado como brasileirismo (*Aurélio* 1674); e o ubíquo *cadê* (196), brasileirismo popular e familiar cujas origens provocam alguma discussão, considerado desde “variante de quede” (*Aurélio* 309) ou de “que é de” (Teyssier 1980:111) até ter sido especulado como substrato tupi (Marroquim 1945:151).

Taunay também mostra-se ciente de inovações morfológicas da fala sertaneja, em geral italicizando-as. Encontramos o adjetivo *onceiro*, “cão caçador de onças” (16), formado a partir do substantivo; o substantivo “assunto” usado como verbo no imperativo *assunte*, “Ver o assunto, observar, atender” (18), significando ainda “perceber” (144); o substantivo *luxarias*, “superfluidades de luxo” (24), que o autor define apesar do significado óbvio; do substantivo mato, a designação *mateiro* por um “veado do mato” (56); *mãozada* por “mão grande, porção boa” (57), terminação comum na linguagem popular; e o advérbio *malmente* (26). Temos ainda o substantivo *sabença* (26) e o adjetivo *forçada* (27), onde observamos a sonorização das oclusivas surdas intervocálicas /p/ e /t/. Juntas de /k/, as três oclusivas frequentemente se sonorizaram nas línguas românicas ocidentais, em seus processos de formação, possivelmente

6. Para dar ideia da diversidade léxica desse linguajar, assim como das variedades entre sertanejos nordestinos e pantaneiros, nenhum destes termos identificados como mato-grossense aparece no *Glossário pantaneiro* de Lucelino Rondon Corrêa ou no (bem mais completo) *Dicionário do Nordeste* de Fred Navarro.

por ação de um substrato céltico (Lapesa 2005:81). Temos, portanto, *sabença* e *forçada* na linguagem popular sertaneja, ao invés de “sapiência” e “forte,” que preservam as oclusivas e talvez tenham entrado na língua mais tardiamente como cultismos.

Apesar das dificuldades de se deduzir elementos fonéticos da linguagem escrita, as tentativas de Taunay de reproduzir a fala local nos possibilita identificar algumas características. Ele transcreve diversas vezes as formas de tratamento *vassuncê*, *vosmecê mecê*, usadas em praticamente todo o sertão em lugar de “vossemecê,” abreviação de “vossa mercê.” Outra característica que também observamos no sertão nordestino é a perda do /a/ inicial (Marroquim 1945: 62), como em *credita* (16). As muitas, variantes, em geral, parecem indicar certa arbitrariedade e fluidez, apesar de repetirem-se alguns fenômenos. Temos, por exemplo, *percisão* (73) por *precisão*, *perciso* (196) por *preciso*, *percipício* (117) por *precipício*, *permissa* (173) por *promessa* e *percipitações* (193) por *precipitações*. Marroquim já aponta como “entre o povo [há] enorme confusão no uso dos prefixos *per*, *pre*, *pro*.” Se aqui a metástase opera com o deslocamento do /r/ para o fim da sílaba, a “mobilidade do r [é] também vulgar no português culto” nas formas “preguntar,” “percurar” (Marroquim 1945:66).

Com igual frequência, observamos mudanças – de “aspecto arbitrário” (Marroquim 1945: 61) – em vogais pré-tônicas, tanto no sertão pantaneiro quando nordestino, se não na linguagem popular em geral (54). O único caso onde a tônica é afetada parece ser na dissimilação do /i/ em “regime,” dando em *rejume* (74), fenômeno que também parece ocorrer no nordeste (Marroquim 1945:63). E a única pós-tônica afetada é em *pirlas* por “pílulas” (102). A caída da sílaba pós-tônica foi um processo comum na formação de palavras dos romances ocidentais. As pré-tônicas, entretanto, mudam das mais diversas maneiras, como em *defronte* por “diferente” (128), *sudutor* por *sedutor* (154), e nas apócopies de *corquinho* por “corregozinho” (169) e *estranja* por estrangeiro. Relativamente habitual é a tendência para as vogais pré-tônicas se abrirem (Marroquim 1945:64-66), como em *alamão* por alemão, *negacear* (172) por negociar, e *barboleta* por borboleta. E ainda, Taunay registra outro

fenômeno da fala popular (Marroquim 1945:104), na prótese e paréctese de *aniceto* por inseto.

Tais exemplos parecem confirmar certa instabilidade e a enorme heterogeneidade da linguagem coloquial, numa sociedade onde poucos lêem, escrevem ou estudam num ambiente escolar, gerando uma linguagem que ainda não está presa às normas gramaticais cultas e mais rígidas disseminadas principalmente à partir do Rio de Janeiro, então sede do Império e de grande parte da imprensa. Curiosamente, algumas das construções sintáticas anotadas ou italicizadas por Taunay – presumivelmente por serem “incorretas” – se mantiveram ou popularizaram de tal modo que foram incorporadas ao português atual, inclusive escrito. Entre elas incluem-se as seguintes, que o autor vê a necessidade de anotar como peculiaridades sertanejas ou do interior: *bem melhor*, “locução muito usual no interior” (45); *se faça de tolo*, “brasileirismo corrente no interior do país” (49); e *para mim*, “esse *para mim* é acréscimo obrigatório em certas locuções do sertão” (57). O autor italiciza também o imperativo *bota* (67), pois o correto em um verbo terminado em -ar seria “bote,” distinção que o português coloquial quase não observa.

Outras construções parecem haver caído em desuso, como *acui cui*, “afirmação usada pelo povo, correspondente a *sim*” (65) que não aparece em nenhum dos dicionários consultados para este estudo, e “anos afios” que segundo Taunay “emprega-se, às vezes, no sertão em lugar de *a fio*” (125). Outro caso interessante é o uso do pronome relativo “cujo” como substantivo, em “tomara ver o cujo chegado” (103) e “este cujo é o cirurgião” (131). Ainda outros exemplos fogem à norma culta gramatical, e parecem típicos da oralidade, como a redundância de conjunções em “mas porém” (32). E no decorrer de *Inocência*, os personagens utilizam *havera de* ao invés de “houvera,” forma do pretérito-mais-que-perfeito, prática também corriqueira no nordeste brasileiro (Marroquim 1945: 125).

Em um país onde as divergências entre a língua falada e a língua escrita continuam extensas, os registros do linguajar sertanejo pantaneiro de fins do século dezenove fascinam o leitor contemporâneo não só pela estranheza que certas construções provocam, mas também pela familiaridade de tantas

expressões e termos ainda usuais. O esforço de Taunay em documentar a linguagem do sertão pantaneiro da sua época, especulemos, poderia ser explicado tanto pela exploração do elemento “exótico” ou simplesmente diferente do Brasil rural e interiorano, quanto pelo projeto de legitimar a linguagem oral brasileira, a cujas formas recorre. Afinal, o Brasil que só havia se tornado independente de Portugal em 1822, ainda buscava sua independência literária. De certa forma, trata-se de uma obra que poderia ser inserida entre as *foundational fictions* latino-americanas, para citar Doris Sommer.

Do ponto de vista linguístico, entretanto, o livro de Taunay interessa mais pela documentação, e como tal, se o autor não é fiel ao linguajar do pantaneiro, seria por amenizar e não por exagerar as suas divergências das normas gramaticais e fonéticas convencionalizadas. Independente, porém, de qualquer projeto político por trás de *Inocência*, a análise da linguagem de seus personagens de certa forma “des-politiza” os processos de formação linguística. Enquanto a narrativa da novela, por exemplo, participa na construção de um imaginário espacial da nação marcado pela dicotomia interior-costa, o linguajar empregado como “nativo” dos pantaneiros revela forte influência de práticas linguísticas oriundas do litoral.

Nesse caso em particular, as peculiaridades do sertão pantaneiro em relação ao sertão nordestino comprovam ainda a enorme heterogeneidade dessa região, desafiando qualquer noção de um sertão monolítico. E como parece provar a análise que empreendemos, a complexa combinação de elementos arcaicos, léxico próprio, e inovações morfológicas, assim como influências e contaminações indígenas, rioplatenses, e lusitanas, demonstram que a evolução linguística não tende a obedecer critérios políticos ou identitários mas sim se desenvolve de maneira orgânica e dinâmica, ao sabor de convivências, intercâmbios, e frequentemente através de processos somente parcialmente explicáveis.

Referência bibliográfica

THE AMERICAN Heritage dictionary of the English language. 2000. 4th ed. Boston, Houghton Mifflin.

CANDIDO, Antonio. 1971. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins.

CANIATO, Benilde Justo. 2001. “O Regionalismo em *Inocência* de Taunay.” In: 6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas.

CORRÊA, Lucelino Rondon. 2001. *Glossário pantaneiro*. Campo Grande: Editora UNIDERP.

CORDE (Corpus Diacrónico del Español), Real Academia Española: cf. www.rae.es

CUNHA, A.G. 1988. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HARPER, Douglas. *Online Etymology Dictionary*. cf. www.etymonline.com

LAPESSA, Rafael. 2005. *História de la lengua española*. Madrid: Editorial Gredos.

MARROQUIM, Mário. 1945. *A Língua do Nordeste*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. 1965. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

NAVARRO, Fred. 2004. *Dicionário do Nordeste: 5.000 palavras e expressões*. São Paulo: Estação Liberdade.

NOVO DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. 1986. Ed. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

PRIBERAM LÍNGUA Portuguesa On-line – Dicionário. Texto Editores, Universal. cf. www.priberam.pt

Revista Investigações

SILVA NETTO, Serafim. 1979. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.

SOMMER, Doris. 1991. *Foundational fictions : the national romances of Latin America*. Berkeley: University of California Press.

TAUNAY, Alfredo. 2002. *Inocência*. Porto Alegre: L&PM.

TEYSSIER, Paul. 1980. *Histoire de la Langue Portugaise*. Paris: Presses Universitaires de France.